



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1810590 - PR (2019/0113959-6)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
RECORRENTE : FARMÁCIA E DROGARIA NISSEI S.A
ADVOGADOS : MARCO ANTÔNIO RIBAS - PR014942
LUCAS FERNANDO DE CASTRO - PR043132
ANA PAULA BUKOWSKI DE CASTRO - PR060183
ANTÔNIO DE PÁDUA ALMEIDA VARGAS - PR079038
RECORRIDO : COORDENADORIA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO
CONSUMIDOR - PROCON/PR
ADVOGADOS : ALANE MARIANA BORBA DOS SANTOS - PR059393
TREYSSI REINERT VEIGA - PR070038

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Recurso Especial interposto por **FARMÁCIA E DROGARIA NISSEI S.A.** contra acórdão prolatado, por unanimidade, pela 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça Estado do Paraná no julgamento de Apelação, assim ementado (fls. 1.315/1.341e):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER. LEGITIMIDADE PASSIVA DO SINDICATO DE CLASSE FIRMAR TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC). INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS DOS CONSUMIDORES DE MEDICAMENTOS. PRESENÇA DO INTERESSE DE AGIR. AUSÊNCIA DA ALEGADA COISA JULGADA NA AÇÃO CIVIL 644/2005. ALEGAÇÃO DE SENTENÇA EXTRA PETITA POR DETERMINAR A PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE SENTENÇA. INOCORRÊNCIA. NAS AÇÕES COLETIVAS QUE RESGUARDAM DIREITO DO CONSUMIDOR É DEVIDA A VEICULAÇÃO DA SENTENÇA INDEPENDENTEMENTE DE PEDIDO EXPRESSO. PUBLICIDADE QUE CONTRARIA CLÁUSULAS DA TAC E O CDC. ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA É CABÍVEL QUANDO VENCIDA A PARTE REQUERIDA, DEVENDO SER APLICADO AS REGRAS DO CPC, SOMENTE APLICANDO O CONTIDO NA LEI 7347/85, ARTIGOS 17 E 18 QUANDO VENCIDA A PARTE AUTORA. SENTENÇA MANTIDA. APELAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA.

Opostos embargos de declaração, foram parcialmente acolhidos para suprir omissão, sem efeitos infringentes, consoante fundamentos resumidos na seguinte ementa (fls. 1.357/1.367e):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ALEGADA OMISSÃO DA DECISÃO. PRETENSÃO DE RECONHECIMENTO DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DO SINDICATO DE CLASSE PARA FIRMAR TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC). OMISSÃO INEXISTENTE. ALEGADA PUBLICIDADE QUE AFRONTA A RESOLUÇÃO N. 96/2008/ANVISA. OMISSÃO SANADA. NECESSIDADE DE HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DE TERMO DE

AJUSTAMENTO DE CONDUTA. OMISSÃO INEXISTENTE. EMBARGOS CONHECIDOS E PARCIALMENTE PROVIDOS PARA INTEGRAÇÃO DE DECISÃO EMBARGADA, SEM OPERAR EFEITOS INFRINGENTES.

Com amparo no art. 105, III, a, da Constituição da República, aponta-se ofensa aos dispositivos a seguir relacionados, alegando-se, em síntese, que:

- (I) Arts. 489, § 1º, I, II, e IV, e 1.022, do Código de Processo Civil de 2015 – o acórdão recorrido padece de omissão, relativamente à sujeição da Recorrente ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre SINDIFARMA e PROCON, o qual, consoante o disposto em sua 11ª cláusula, não é aplicado aos associados do sindicato;
- (II) Art. 489, § 1º, III e V, do Código de Processo Civil de 2015 – "a decisão de primeiro grau apontou que o extrato da decisão deveria ser publicado nos órgãos locais e nos meios de comunicação locais, mesmo sem qualquer requerimento neste sentido por parte da recorrida em sua inicial" (fl. 1.381e), configurando decisão *extra petita*;
- (III) Art. 6º, § 1º, do Decreto Federal n. 2.187/1997 – inexecutibilidade, em face da Recorrente, do TAC firmado entre SINDIFARMA e PROCON, ensejando violação da decisão recorrida ao TAC que a vincula, especificamente, firmado com o Ministério Público;
- (IV) Art. 37, do Código de Defesa do Consumidor – ao contrário da fundamentação do acórdão recorrido, não foram desrespeitados, na atividade publicitária de responsabilidade da Recorrente, o CDC, a Resolução/ANVISA n. 96/2008, bem como o Código de Autoregulação Publicitária.

Com contrarrazões (fls. 1.459/1.475e), o recurso foi admitido (fls. 1.520/1.524e).

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 1.564/1.568e.

Feito breve relato, decido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, in casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 932, V, do Código de Processo Civil de 2015, combinado com os arts. 34, XVIII, a e c, e 255, I e III, do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a dar provimento a recurso se o acórdão recorrido for contrário à tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral (arts. 1.036 a 1.041), a entendimento firmado em incidente de assunção de competência (art. 947), à súmula do Supremo Tribunal Federal ou desta Corte ou, ainda, à jurisprudência dominante acerca do tema, consoante Enunciado da Súmula n. 568/STJ ("O Relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema").

Assiste razão ao Recorrente quanto à violação aos artigos 489 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, por omissão da decisão recorrida acerca da sujeição da Recorrente ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre SINDIFARMA e PROCON.

Observo tratar-se de questão relevante, oportunamente suscitada e que, se acolhida, poderia levar o julgamento a resultado diverso do proclamado. Ademais, a não apreciação das teses, à luz dos dispositivos constitucional e infraconstitucional indicados a tempo e modo, impede o acesso à instância extraordinária.

Caracterizadas, portanto, a omissão, como o demonstram os seguintes arestos:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSOS ESPECIAIS. ART. 535 DO CPC. EXISTÊNCIA DE OMISSÃO NÃO SANADA. VIOLAÇÃO OCORRIDA. ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

1. É omissa o julgado que deixa de analisar as questões essenciais ao julgamento da lide, suscitadas oportunamente pela parte, quando o seu acolhimento pode, em tese, levar a resultado diverso do proclamado.

2. Necessidade da análise de questão relacionada à decadência do direito de anulação do ato de demarcação das terras de marinha no Município de Joinville, por ter sido a ação ajuizada mais de cinco anos depois da homologação do procedimento administrativo que determinou a linha preamar média de 1831.

3. Recurso especial da UNIÃO provido.

4. Recurso especial de H CARLOS SCHNEIDER S/A COMÉRCIO INDÚSTRIA prejudicado.

(REsp 1.343.519/SC, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/11/2013, DJe 20/11/2013).

PROCESSUAL CIVIL. ART. 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. OMISSÃO. VIOLAÇÃO OCORRIDA. ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO.

1. É omissa o julgado que deixa de analisar as questões essenciais ao julgamento da lide, suscitadas oportunamente pela parte, quando o seu acolhimento pode, em tese, levar a resultado diverso do proclamado.

2. Recurso especial provido.

(REsp 1.213.515/RS, Rel. Ministra DIVA MALERBI – DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/11/2012, DJe 23/11/2012).

Nesse sentido: REsp 1.529.187/RS, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJe de 01.06.2015; REsp 1.444.331/ES, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe de 18.05.2015; REsp 1.502.033/MG, DJe de 05.06.2015; dentre outros.

Posto isso, com fundamento nos arts. 932, V, do Código de Processo Civil de 2015 e 34, XVIII, a e c, e 255, I e III, do RISTJ, **DOU PROVIMENTO** ao Recurso Especial para determinar o retorno dos autos para julgamento na origem, a fim de sanar a indicada omissão.

Prejudicadas as demais questões trazidas no recurso.

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

REGINA HELENA COSTA

Relatora